

# Para Sarney, o MDB quer e revogar a Revolução

CORREIO BRAZILIENSE  
8 SE 1978

Para o senador José Sarney, relator do projeto de reforma constitucional, somente uma decisão do Presidente Ernesto Geisel poderá contribuir para conquistar alguns moderados do MDB para votar no projeto sem criar animosidade dentro da própria Arena.

Na entrevista coletiva que concedeu, o senador José Sarney confirmou o seu encontro com o presidente do Senado, Petrônio Portella, a quem expôs as distintas opções que poderiam ser postas em exercício de acordo com as sondagens que fez na condição de relator da matéria.

Procurou justificar o entendimento mantido com o Senador Petrônio Portella por ter sido este o principal articulador na faixa política, além de ter marcado a sua presença nas iniciativas governamentais que inspiraram a preparação do projeto de reforma constitucional.

José Sarney lembrou suas primeiras declarações, quando fez questão de acentuar que a reforma tinha dois aspectos marcantes - um, de natureza puramente legislativa; outro de natureza eminentemente política. E para ele, mais importante ainda, representa uma idéia generosa do atual Presidente da República que, "dando seqüência à abertura política convoca a Nação para uma reforma que significa a passagem do estado revolucionário para o estado de direito".

No terreno político, disse que, uma vez que o MDB preconizou, durante tanto tempo, a superação dos atos de exceção, as lideranças da Arena tinham a esperança de que, durante a tramitação do projeto de reformas, a Oposição não faltasse com sua "preciosa colaboração". Acrescentou que, infelizmente, desde a apresentação das emendas, não recolheu do MDB o desejo de participar da aprovação de proposta da reforma constitucional.

Para o Senador José Sarney, o MDB demonstrou, através das emendas que apresentou, não um sincero desejo de discutir e colaborar para melhorar o projeto de reforma constitucional do governo, sim o interesse de reafirmar princípios mais voltados para a batalha eleitoral que se aproxima.

Não quis, assim, a Oposição, em seu entendimento, atender ao grande anseio nacional, que reclama instituições democráticas definitivas. Acha que "o caminho da normalização democrática seria facilitado se o MDB se dispusesse a colaborar, uma vez que o processo lento, gradual e seguro somente pode avançar em ritmo acelerado desde que exista um consenso".

"Ao recusar-se a melhorar o projeto de reformas, o MDB acolhe a tese de que o gradualismo devia ser abandonado e passa a lutar não mais pela implantação do estado de direito, mas por uma modificação nas estruturas do poder. No projeto das reformas, realmente, não existe um artigo revogando a Revolução", afirmou o Senador José Sarney.

A abertura política oferecida constitui uma etapa na qual ingressa a Revolução, não é o fim da Revolução, segundo adverte o relator do projeto,

lembrando que o exemplo de 1968, quando foram defendidas as mesmas teses de cansaço das estruturas revolucionárias, de abertura a toda a prova, de culpabilidade dos militares pelas falhas do regime, mostra como é fácil se chegar a objetivo inversamente desejado.

"Naquele tempo, em 68, fomos para a decretação do Ato Institucional nº 5 e não à abertura democrática. Assim, acho que a análise dos líderes do MDB não tem base na realidade dos fatos. Pensar-se nesse momento que, ao invés de apoiar uma reforma democrática prudente sob a alegação de que a abertura estaria defasada em função de uma suposta nova realidade, acreditando-se na liquidação do regime, eis uma posição irrealista", declarou ainda, o senador Maranhense.

Lamentou que, em face da posição de intransigência do MDB, seu raio de ação ficou extremamente limitado.

Disse que, em função da recusa do MDB de melhorar o projeto, pouco pôde fazer de criativo, uma vez que o Deputado Laerte Vieira, credenciado pela direção oposicionista, colocou questões de tal e transcendentes implicações políticas que não se achava a seu alcance tomar qualquer decisão.

Disse que de todas as emendas apresentadas, apenas duas eram pertinentes em face do Regimento Interno, entre elas a do Deputado Antonio Mariz que pretende abrandar as exigências para criação de novos partidos. Ontem de manhã, em face do que ouviu, o Sr. José Sarney submeteu ao Senador Petrônio Portella as diferentes alternativas que podem ser adotadas.

Ele se recusou, todavia, a adiantar quais são essas alternativas, lembrando que não lhe compete divulgar isso. Como se trata de assunto extremamente político, a decisão terá de vir do mais alto nível, isto é do Presidente da República, a quem o Sr. Petrônio Portella levou o problema em sua audiência ontem, no Palácio do Planalto.

## FIM DA EXCEÇÃO

Ao receber o Deputado Wilhem Peter Stommel, da República Federal da Alemanha, o Senador Petrônio Portella assegurou que, com as reformas constitucionais propostas pelo Governo, todas as leis de exceção ficam abolidas e o princípio da Divisão de Poderes é plenamente restabelecido.

O Deputado alemão, lembrando que um colega seu teve há poucos dias, as imunidades suspensas, pelo Parlamento, por ter sido acusado de crime de espionagem, quis saber até que ponto irá a inviolabilidade dos mandafões populares, no Brasil, após a aprovação da emenda constitucional a ser votada brevemente pelo Congresso.

O Presidente do Senado esclareceu que as imunidades parlamentares são plenamente restauradas, salvo em crimes contra a segurança nacional, quando caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir se aceita ou não a denúncia do Ministério Público contra o Deputado ou Senador, independentemente de licença da respectiva Câmara.